



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 11ª reunião, realizada em 20 de novembro de 2017

1 Em 20 de novembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento e o suplente Henri Dubois
6 Collet, representantes da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel
7 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
8 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Juarez Dutra da Silva, da
9 Secretaria de Estado de Educação (SEE); Newton de Carvalho Júnior, da
10 Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Ricardo Luiz Barbosa Guimarães, da
11 Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio
12 Camini, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
13 Renováveis (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de
14 Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Representantes do setor produtivo:
15 Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
16 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
17 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do
18 Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindixtra).
19 Representantes da sociedade civil: Lígia Vial Vasconcelos, da Associação para
20 a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcelo Ribeiro Pereira,
21 da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba; Gabriel
22 Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
23 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
24 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente João Paulo
25 Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 11ª reunião da Câmara de
26 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS**
27 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente João Paulo Mello
28 Rodrigues Sarmiento: “Nós tivemos uma moção da Câmara, que foi
29 encaminhada à SEMAD, e obtivemos a resposta do Gabinete da FEAM. Foi
30 solicitada a questão do pato-mergulhão. Nós estamos fazendo também um
31 trabalho na região do Anzol, a criação de unidade de conservação. Nós já
32 temos alguns estudos iniciais e temos a intenção de colocar mais unidade de
33 conservação com relação à região do Triângulo. Quanto mais unidades de
34 conservação, para nós, melhor. Mas não está fácil. Algumas unidades de
35 conservação nós estamos levando às audiências públicas e estamos recebendo
36 negativas. Mas vamos continuar trabalhando alguns conceitos tipo ‘o Estado

37 não paga, o Estado não faz isso'. Vamos trabalhar, cada vez mais, para trazer a
38 comunidade local, mostrando a importância não só dos serviços ambientais,
39 como dos serviços econômicos também que as unidades trazem. 'Moção nº
40 002/2017 – Os conselheiros da Câmara Técnica Especializada de Proteção à
41 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do COPAM, em sua 6ª reunião,
42 ordinária, realizada no dia 26 de junho de 2017, em Belo Horizonte, com fulcro
43 no artigo 19 do Decreto 46.953, de 23/2/2016, e artigo 5º, inciso IV da
44 Deliberação Normativa COPAM nº 117, de 22/8/2012, aprova moção com o
45 seguinte teor. 'Dar continuidade ao programa de monitoramento da espécie
46 *Mergus octosetaceus* (pato-mergulhão), conforme o planejamento já aprovado
47 pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto
48 Paranaíba (Supram TMAP), acrescentando ações específicas ao
49 monitoramento para os indivíduos pato-mergulhão que foram registrados no
50 córrego do Sabão. Caso seja encontrado algum indivíduo no córrego do Sabão
51 na extensão impactada pela Barragem do Sabão III, elaborar o programa de
52 recuperação de APP dentro dos municípios de Serra do Salitre e/ou Patrocínio,
53 quando houver comprovação da presença da espécie. A elaboração do
54 programa, com a escolha da APP e sua extensão a ser recuperada, deverá ser
55 realizada por equipe técnica especializada no monitoramento do *Mergus*
56 *octosetaceus*. Prazo para elaboração do programa: 180 (cento e oitenta) dias
57 após a emissão do relatório de comprovação e verificação da espécie no
58 córrego do Sabão.' Então, nós encaminhamos para a SEMAD, para as
59 providências, e tivemos a resposta da FEAM: 'Acusamos o recebimento dos
60 memorandos citados sobre a Moção 002/2007, da CPB. Em resposta à
61 informação solicitada através dos memorandos supracitados, informamos que
62 não há cadastro, no Banco de Declarações Ambientais da FEAM, da estrutura
63 denominada Barragem de Sabão II. Informamos, ainda, que foi concedida, em
64 28/7/2017, na CMI, a Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação
65 da referida barragem.' Tem no parecer da Supram Triângulo, item 8.8, programa
66 de monitoramento de avifauna: 'Cabe salientar que o pato-mergulhão (*Mergus*
67 *octosetaceus*) não foi registrado nos estudos. Para tanto, a continuidade do
68 monitoramento da avifauna torna-se medida importante para identificação de
69 habitats dessa espécie, pois nas áreas próximas ao empreendimento na serra
70 da Canastra é reconhecida a sua ocorrência. Recomenda-se que, caso sejam
71 encontrados indivíduos desta espécie, o empreendedor adote medidas para
72 conservação da espécie seguindo o plano de ação para conservação do pato-
73 mergulhão elaborado pelo Ibama e o Ministério do Meio Ambiente e informe ao
74 órgão ambiental.' Então, como de costume, nós encaminhando, obtivemos a
75 resposta. Então, já tem no parecer a permanência dos estudos e já tem toda a
76 preocupação com relação a essa espécie, que é uma espécie importante,
77 espécie ameaçada. Então, a moção foi atendida e houve a resposta. Já está
78 sendo feito, já foi orientado, inclusive ao empreendedor, que, caso seja
79 constatada essa espécie, que faça o trabalho." Conselheira Lígia Vial

80 Vasconcelos: “Só fazer uma pergunta, porque parece que foi aventada aqui a
81 questão de retornar com um Grupo de Trabalho. Eu não estava presente e até
82 pergunto aos conselheiros. Aquele Grupo de Trabalho em que nós nos
83 reunimos, algumas vezes, para aplicação dos recursos da compensação para
84 regularização fundiária. Eu pergunto se isso ficou, realmente, deliberado pelos
85 conselheiros, o retorno desse Grupo de Trabalho. Pelo que entendi, eu acho
86 que sim. É um Grupo de Trabalho que chegou a se reunir, e nós começamos
87 até a conversar sobre a possibilidade de aplicar a compensação ambiental para
88 aparelhar o IEF, para deixar os processos prontos para aplicação do recurso da
89 compensação ambiental. Porque, de novo, nós passamos um ano sem saber
90 como está sendo usado esse recurso da compensação ambiental, indo para o
91 cofre do Estado, e, de novo, nós deliberando processos e processos, e, pelo
92 que eu saiba, as unidades de conservação estão recebendo, ainda, muito pouco
93 recurso, principalmente para a questão da regularização fundiária. Aí, eu não
94 sei se mudou a situação do Estado. A informação é de que, mesmo se o
95 recurso fosse liberado pela Seplag, o IEF não teria condição de usá-lo para
96 regularização fundiária em função da quantidade pequena de funcionários para
97 deixar pronta a questão de georreferenciamento das unidades, trabalho de
98 cartório etc. Ou seja, aí, chegou-se à conclusão aqui na CPB de que isso
99 também é gasto para regularização fundiária e que nós poderíamos, então,
100 solicitar da Seplag, como foi compromisso do governo do Estado, assumido
101 aqui, de que o recurso estaria à disposição do IEF para aplicação na
102 regularização fundiária. Então, eu queria só relembrar, porque eu acho que este
103 ano não dá mais tempo, mas, se iniciasse no ano que vem, nós começaríamos
104 a reunir esse Grupo de Trabalho, que eu entendo que, em termos de
105 regularização fundiária para aplicação dos recursos da compensação, seria o
106 Grupo de Trabalho mais importante, considerando que pouco se avançou, de
107 novo, no Estado em termos de regularização fundiária e aplicação do recurso da
108 compensação, que, a meu ver – a não ser que vocês tenham alguma novidade
109 – o recurso continua contingenciado pelo governo.” Vânia Mara de Souza
110 Sarmiento, assessora dos Órgãos Colegiados: “Foi, sim, deliberado por esta
111 Câmara que se criasse o GT. A Assessoria encaminhou para o Gabinete,
112 porque os Grupos de Trabalho criados pelas unidades deliberativas do COPAM
113 e do CERH são encaminhados para o Gabinete, e lá se faz uma norma criando
114 esse grupo. No caso, seria o terceiro grupo da CPB, que finalizou um GT,
115 estamos em um segundo GT. Eu acredito que para o próximo ano, não só desta
116 Câmara, pois nós temos também o grupo da CEM. Devemos iniciar no próximo
117 ano.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Nós temos novidades,
118 sim. Nós temos trabalhando em regularização fundiária. A partir do momento em
119 que conseguirmos, realmente, formando esses processos. É uma situação
120 complexa, porque não adianta ter a disponibilidade do recurso e não termos
121 pernas e braços para fazer para todas no momento. Mas o Henri vai informar
122 que nós recebemos de Biribiri, recebemos da Seplag a liberação de alguns

123 recursos para essa finalidade.” Henri Dubois Collet, diretor de Unidades de
124 Conservação/IEF: “A questão da regularização, realmente, tem o grupo, e nós
125 precisamos, efetivamente, constituir, quem são os membros. Eu acho
126 interessante, realmente, que façamos isso na primeira reunião de 2018. Com
127 relação à liberação de recursos, nós tivemos liberação, para depósito judicial,
128 de R\$ 2.900.000, no processo do Biribiri. E tivemos também próximo de R\$
129 510.000 na aquisição do Castelinho, que está no interior do Sumidouro, que é
130 aquela infraestrutura que vimos discutindo há um bom tempo. Então, esses dois
131 recursos foram liberados agora, há uma semana, então, vamos ter novidades.
132 No início do ano, nós devemos receber a emissão de posse definitiva das duas
133 unidades. Para o ano que vem, eu acho que a saída que nós temos é essa,
134 constituir esse grupo. Nós temos muitas informações já, conseguimos ver
135 desenvolvendo, principalmente na compensação de reserva legal em várias
136 unidades. Então, a coisa está avançando. Mas, na parte de recursos dessa
137 compensação daquele valor que está depositado, realmente, avançou pouco e
138 tem possibilidade de avançar mais. Os R\$ 11 milhões foram com relação ao
139 Parte da Serra do Sobrado, que já foram depositados, e agora estamos só
140 aguardando a emissão de posse da propriedade. O juiz já nos contactou
141 solicitando mais alguns detalhes de endereço, como se acessa a propriedade,
142 para fins de emissão de posse. Porque, para a emissão de posse, realmente, a
143 área tem que estar toda desocupada, tem que dar prazo. Então, tem todo o
144 procedimento. Acreditamos que, ainda nessa semana ou na semana que vem,
145 nós teremos retorno dessa área. Senão, também em função das férias de fim de
146 ano, em janeiro, já deveremos ter recebido essa área também do Parque
147 Estadual da Serra do Sobrado, em São José da Lapa.” Presidente João Paulo
148 Mello Rodrigues Sarmiento: “Apesar de todas as dificuldades, nós temos
149 trabalhado e, constantemente, reiteramos à Seplag a necessidade de liberação
150 de recursos. Quando os processos estão prontos, nós solicitamos. Se o recurso
151 não vem, nós vamos reiterando. Fora isso, eu tenho assinado também algumas
152 escrituras e vou pedir ao Matheus para, na próxima reunião, fazer um relato da
153 situação. Eu tenho assinado algumas escrituras de doação, que vem das
154 compensações de Mata Atlântica. É um processo longo, mas um processo que
155 não sai da nossa pauta. Nós estamos buscando estruturar algumas unidades e
156 negociando com os proprietários, pelo menos, em comodato, até a resolução
157 dessa área. Para algumas, nós já estamos discutindo. Quando é com terceiros,
158 fica mais difícil. Com pessoa jurídica, nós conseguimos uma flexibilização maior.
159 Então, também estamos trabalhando nessa linha. Para os impeditivos que têm,
160 nós estamos buscando uma forma de resolver, para estruturar essas unidades.”
161 Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Eu agradeço as informações. E só lembrar
162 que o Grupo de Trabalho é, justamente, para isso, para não esperar os
163 processos estarem prontos para receber o dinheiro, mas para conseguir
164 acelerar, usar o recurso da compensação para acelerar os processos das
165 unidades, georreferenciamento, cartório etc., para deixar as unidades prontas

166 para receberem o dinheiro da compensação. Eu acho que isso faz parte
167 também da regularização, como já discutimos aqui na CPB.” Vânia Mara de
168 Souza Sarmiento, assessora dos Órgãos Colegiados: “Senhor presidente, só
169 para registrar. O que está no Gabinete da SEMAD é referente à criação de
170 Grupo de Trabalho de regularização fundiária e compensação ambiental. Desta
171 Câmara, vão compor o referido grupo: Fiemg, Faemg, Crea, Sindiextra, Ibama,
172 Fapemig, Angá, ICMBio e IEF.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues
173 Sarmiento: “Esclarecido. E o IEF vê com muito bons olhos, toda ajuda, para nós,
174 é bem-vinda. Quanto mais unidades nós conseguirmos regularizar, melhor vai
175 ser para nós. Regularizar e estruturar.” **4) EXAME DA ATA DA 10ª REUNIÃO.**
176 Aprovada por unanimidade a ata da 10ª reunião da Câmara de Proteção à
177 Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 23 de outubro de 2017, com
178 abstenção da conselheira representante da Angá. **5) PROCESSOS**
179 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
180 **CONFORME POA 2017. 5.1) Cisam Siderurgia S/A. Siderurgia e elaboração**
181 **de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa.**
182 **Pará de Minas/MG. PA 00253/1995/009/2007. Classe 5. Apresentação:**
183 **GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
184 Parecer Único. **5.2) Frig West Frigorífico Eireli. Abate de animais de médio e**
185 **grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos,**
186 **muars etc.). Ituiutaba/MG. PA 29310/2011/001/2012. Classe 5.**
187 **Apresentação: GCA/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
188 nos termos do Parecer Único. **5.3) Mariana Transmissora de Energia S/A.**
189 **Linhas de transmissão de energia elétrica. Vespasiano/MG. PA**
190 **07923/2014/001/2014. Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Compensação
191 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. **6)**
192 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
193 **AMBIENTAL DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE**
194 **VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 6.1)**
195 **Vórtice Consultoria Mineral Ltda. Obras de infraestrutura (pátios de**
196 **resíduos e produtos e oficinas), pilhas de rejeito/estéril. Oliveira/MG. PA**
197 **12999/2006/002/2013, DNPM 830978/2003. Classe 3. Apresentação:**
198 **Escritório Regional Centro-Oeste/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
199 unanimidade nos termos do Parecer Único. **6.2) Fernando Aurélio D’Aquino**
200 **Ferreira. Construção de habitação/residência multifamiliar. Riacho da**
201 **Cruz/MG. PA 12040000194/12. Sem AAF. Classe não passível.**
202 **Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São Francisco/IEF.** Processo
203 baixado em diligência para complementação de informações, conforme
204 manifestação da conselheira representante da Angá. Conselheira Lígia Vial
205 Vasconcelos: “Senhor presidente, já tinha acontecido, na reunião passada, com
206 outro empreendimento, e eu até fiz um parecer de vista, mas não pude vir à
207 reunião. Eu entrei em contato com o Regional Centro-Sul, e eles falaram a

208 mesma coisa. Que eles recebem o processo sem qualquer informação da
209 Supram. Nós não somos uma Câmara licenciadora, mas não podemos aprovar
210 qualquer compensação sem saber do que se trata a compensação. Essa
211 informação tem que vir para nós, conselheiros, e não vem nem para o Regional.
212 Ou seja, o Regional vai lá e faz a vistoria sem saber do que se trata o
213 empreendimento. O Regional falou que não tem informação no parecer do que
214 se trata o empreendimento, por que foi dispensado do licenciamento. Como tem
215 integração entre um órgão e outro? Eu acho que os processos têm que vir
216 estruturados, inclusive para nós. É uma área urbana, mas, se quiser colocar em
217 imagem de satélite, você vê que é uma área próxima e que vai contígua em
218 mata, e vai descendo para uma área considerada prioritária para proteção da
219 biodiversidade. Então, nós precisamos saber por que nós temos pessoa
220 jurídica. Nós estamos tratando de um loteamento. Se é um loteamento, quantas
221 casas vão ser construídas, para onde vai o esgoto, por que não foi licenciado?
222 Teve estudo, que fauna tem ali? Por mais que a compensação seja importante,
223 nós não podemos, simplesmente, tirar uma área que é importante e compensar
224 em outra. As coisas não funcionam assim. Eu não estou dizendo que a
225 compensação escolhida por vocês foi ruim. De jeito nenhum.” Presidente João
226 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Realmente, não se sabe qual é a área, qual é
227 o tamanho da área. Então, baixamos em diligência, pedimos essas informações
228 à Supram e trazemos na próxima reunião, para os quatro processos. Em termos
229 de compensação, está ok.” Conselheira Lígia Vial Vasconcelos: “Não tem nem a
230 área que vai ser suprimida. É um loteamento, vai ter construção?” Presidente
231 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “O número de casas, se é o mesmo
232 empreendimento ou se são empreendimentos diferentes.” Conselheira Lígia Vial
233 Vasconcelos: “Se foi dispensada de licenciamento, saber o tamanho real, se vai
234 ser ampliada no futuro. Nós precisamos saber disso.” Presidente João Paulo
235 Mello Rodrigues Sarmiento: “Então, nós baixamos em diligência e pediremos
236 esclarecimentos desses processos à Supram.” **6.3) Márcia Regina de Aquino**
237 **Ferreira Nunes. Construção de habitação/residência multifamiliar. Riacho**
238 **da Cruz/MG. PA 1204000012/13. Sem AAF. Classe não passível.**
239 **Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São Francisco/IEF.** Processo
240 baixado em diligência para complementação de informações, conforme
241 solicitação da conselheira representante da Angá registrada no item 6.2 da
242 pauta. **6.4) NRM Engenharia Ltda. Construção de habitação/residência**
243 **multifamiliar. Riacho da Cruz/MG. PA 1204000059/12. Sem AAF. Classe**
244 **não passível. Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São**
245 **Francisco/IEF.** Processo baixado em diligência para complementação de
246 informações, conforme solicitação da conselheira representante da Angá
247 registrada no item 6.2 da pauta. **6.5) Sônia Marise de Aquino Ferreira**
248 **Monteiro. Construção de habitação/residência multifamiliar. Riacho da**
249 **Cruz/MG. PA 1204000080/12. Sem AAF. Classe não passível.**

250 **Apresentação: Escritório Regional Alto Médio São Francisco/IEF.** Processo
251 baixado em diligência para complementação de informações, conforme
252 solicitação da conselheira representante da Angá registrada no item 6.2 da
253 pauta. **6.6) Maria Helena de Almeida Ribeiro Starling. Construção de**
254 **habitação/residência unifamiliar. Nova Lima/MG. PA 09010001695/14. Sem**
255 **AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório Regional Centro-**
256 **Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
257 Parecer Único. Foi registrada abstenção de voto da conselheira representante
258 da Angá. **6.7) Vale S/A. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos**
259 **(alteamento da barragem do Itabiruçu. Cota 850m). Itabira/MG. PA**
260 **00119/1986/111/2014, DNPM 930.641/1989. Classe 6. Apresentação:**
261 **Escritório Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
262 unanimidade nos termos do Parecer Único. **6.8) Rogério D'Assunção Macedo.**
263 **Construção de habitação/residência unifamiliar. Nova Lima/MG. PA**
264 **09010005997/11. Sem AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório**
265 **Regional Centro-Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
266 nos termos do Parecer Único, com retificação na numeração do processo
267 administrativo: PA 09010005997/11. Foi registrada abstenção de voto da
268 conselheira representante da Angá. **6.9) Renato José Senra Barbosa.**
269 **Construção de habitação/residência unifamiliar. Nova Lima/MG. PA**
270 **09010000670/17. Sem AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório**
271 **Regional Centro Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
272 nos termos do Parecer Único. Foi registrada abstenção de voto da conselheira
273 representante da Angá. **6.10) Alexandre Almeida de Brito. Construção de**
274 **habitação/residência unifamiliar. Nova Lima/MG. PA 09010000423/17. Sem**
275 **AAF. Classe não passível. Apresentação: Escritório Regional Centro-**
276 **Sul/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
277 Parecer Único, com retificação na numeração do processo administrativo: PA
278 09010000423/17. Foi registrada abstenção de voto da conselheira
279 representante da Angá. **6.11) Guanhões Energia S/A. PCH Jacaré. Barragens**
280 **de geração de energia hidrelétrica. Dores de Guanhões/MG. PA**
281 **10133/2007/007/2017. Classe 5. Apresentação: Suppri.** Compensação
282 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com
283 retificação das coordenadas: "712515 e 7900387". Foi registrada abstenção de
284 voto do conselheiro representante do Ibama. **6.12) PCH Fortuna II S/A.**
285 **Barragens de geração de energia hidrelétrica. Guanhões/MG. PA**
286 **00221/2001/007/2015. Classe 3. Apresentação: Suppri.** Compensação
287 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com
288 retificação das coordenadas: "709774 e 7900107". Foi registrada abstenção de
289 voto do conselheiro representante do Ibama. **7) PLANOS DE TRABALHO**
290 **PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL,**
291 **PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO**

292 **XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 7.1) Plano de Trabalho nº**
293 **01/2017. Gciap/Diuc. Unidades de conservação das bacias do rio São**
294 **Francisco e rio Doce. Compensação minerária da Vale S/A. Aplicação de**
295 **recursos advindos dos processos PA 5195/2007/069/2009. Mina de Fábrica.**
296 **Pilha de rejeito. PDE ponto 03; e PA 00118/1986/024/2005. Mina de Água**
297 **Limpa. Pilha de estéril Cururu. Apresentação: Gciap/IEF. Plano de Trabalho**
298 **aprovado por unanimidade nos termos apresentados. 7.2) Plano de Trabalho**
299 **Erco/EEMC nº 02/2017. Estação Ecológica da Mata do Cedro.**
300 **Compensação minerária da Vale S/A. Aplicação de recursos advindos do**
301 **processo PA 00237/1994/101/2013. Mina de Abóboras. Postos**
302 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de**
303 **sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos**
304 **revendedores de combustíveis de aviação. Apresentação: gerente da**
305 **Estação Ecológica da Mata do Cedro/IEF. Plano de Trabalho aprovado por**
306 **unanimidade nos termos apresentados. 7.3) Plano de Trabalho ERCS/PESRM**
307 **nº 03/2017. Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Compensação**
308 **Minerária da Vale S/A. Aplicação de recursos advindos do processo PA**
309 **00237/1994/101/2013. Mina de Abóboras. Postos revendedores, postos ou**
310 **pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos**
311 **flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de**
312 **aviação. Apresentação: gerente do Parque Estadual da Serra do Rola**
313 **Moça/IEF. Plano de Trabalho aprovado por unanimidade nos termos**
314 **apresentados. 7.4) Plano de Trabalho ERCS/PESRM nº 04/2017. Parque**
315 **Estadual da Serra do Rola Moça. Compensação minerária Vale S/A.**
316 **Aplicação de recursos advindos do processo PA 00237/1994/078/2005.**
317 **Mina de Capitão do Mato. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos.**
318 **Apresentação: gerente do Parque Estadual da Serra do Rola Moça/IEF.**
319 **Plano de Trabalho aprovado por unanimidade nos termos apresentados. 7.5)**
320 **Plano de Trabalho ERCS/PESRM nº 05/2017. Parque Estadual da Serra do**
321 **Rola Moça. Compensação minerária Vale S/A. Aplicação de recursos**
322 **advindos do processo PA 00237/1994/078/2005. Mina de Capitão do Mato.**
323 **Barragem de contenção de rejeitos/resíduos. Apresentação: gerente do**
324 **Parque Estadual da Serra do Rola Moça/IEF. Plano de Trabalho aprovado por**
325 **unanimidade nos termos apresentados. 7.6) Plano de Trabalho ERCS/PEIT nº**
326 **01/2017. Parque Estadual do Itacolomi. Compensação minerária da Vale**
327 **S/A. Aplicação de recursos advindos do processo PA 00118/1986/024/2005.**
328 **Mina de Água Limpa. Pilha de estéril Cururu. Apresentação: gerente do**
329 **Parque Estadual do Itacolomi/IEF. Plano de Trabalho aprovado por**
330 **unanimidade nos termos apresentados. 7.7) Plano de Trabalho ERCS/PESRM**
331 **nº 06/2017. Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Compensação**
332 **minerária da Vale S/A. Aplicação de recursos advindos do processo de**
333 **Daia nº 0023178-D, 0023179-D e 0023242-D. Linha de transmissão da mina**

334 **de Tamanduá e mina da Mutuca. Apresentação: gerente do Parque**
335 **Estadual da Serra do Rola Moça/IEF.** Plano de Trabalho aprovado por
336 unanimidade nos termos apresentados, com retificação de numeração do Daia:
337 “0023179-D”. **7.8) Plano de Trabalho ERCS/PESS nº 01/2017. Parque**
338 **Estadual Serra do Sobrado. Compensação minerária da Vale S/A.**
339 **Aplicação de recursos advindos do processo PA 5195/2007/069/2009. Mina**
340 **de Fábrica. Pilha de rejeito PDE, ponto 03. Apresentação: gerente do**
341 **Parque Estadual da Serra do Sobrado/IEF.** Plano de Trabalho aprovado por
342 unanimidade nos termos apresentados. **7.9) Plano de Trabalho nº 03.**
343 **Geuc/Diuc/IEF. Unidades de conservação das Bacias do rio São Francisco**
344 **e rio Doce. Compensação minerária da Vale S/A. Aplicação de recursos**
345 **advindos do processo PA 00237/1994/078/2005. Mina de Capitão do Mato.**
346 **Barragem de contenção de rejeitos/resíduos e PA 00182/1987/081/2010**
347 **(UTM). Mina de Fábrica Nova. Apresentação: GEUC/IEF.** Plano de Trabalho
348 aprovado por unanimidade nos termos apresentados, com retificação na
349 numeração do processo administrativo: “PA 00237/1994/078/2005”. **8)**
350 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
351 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a presença de
352 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

357 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**
358 **Presidente da Câmara de Proteção à**
359 **Biodiversidade e de Áreas Protegidas**